

O perfil ambiental dos visitantes dos Parques Nacionais Brasileiros.

Nathália GARAY¹

André CUNHA²

O ecoturismo é um dos segmentos do turismo que mais cresce atualmente, e com seu grande potencial de aliar a preservação da natureza ao desenvolvimento sustentável, tornou-se um elemento central nas estratégias de manutenção das Áreas Protegidas. Nas últimas décadas, houve um aumento significativo na procura dos visitantes para o turismo em áreas naturais, particularmente em países tropicais. No Brasil, por exemplo, os Parques Nacionais apresentaram um aumento acelerado no número de visitantes, mais de 100% entre os anos de 2007 e 2015. Mas apesar desse aumento crescente, os estudos voltados para compreender as relações dos visitantes com a natureza, ainda são incipientes no Brasil. E com essa crescente demanda é imprescindível que os gestores dos parques nacionais e Unidades de Conservação conheçam as características de seus visitantes, tanto para melhor satisfazê-los quanto para melhor planejamento e manejo dessas áreas naturais. Neste contexto, esse artigo tem como objetivo fazer uma análise da importância da compreensão do perfil ambiental dos visitantes dos parques nacionais. Para tanto, abordam-se os conceitos do ecoturismo, de áreas protegidas, de parques nacionais e de percepção ambiental. São apresentados os princípios fundamentais do ecoturismo, os conceitos e estudos sobre os perfis dos visitantes de parques nacionais, e é destacada a necessidade de conhecer a percepção ambiental dos visitantes, para que esses princípios sejam alcançados. Pode-se perceber a importância de se medir a percepção ambiental e de fato entender o perfil intrínseco dos visitantes que procuram as áreas naturais. E com esse conhecimento conseguir uma gestão mais eficaz da visitação e dos recursos naturais dos Parques Nacionais.

Palavras-chave: Ecoturismo; Áreas Protegidas; Parques Nacionais; Percepção Ambiental.

¹Mestranda em Turismo, Bacharel em Administração. <http://lattes.cnpq.br/9692470784503574>. E-mail: nathgaray@hotmail.com.

²Doutor em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre. Professor Adjunto do Instituto de Biologia do Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília (IB/ECL/UnB). <http://lattes.cnpq.br/4652288314258859>. E-mail: cunha.andre@gmail.com.

1 Introdução

Atualmente, usamos mais recursos naturais do que o planeta é capaz de fornecer, e isso vem gerando uma imensa crise ambiental e consequentemente levando à uma preocupação e mobilização de parte da sociedade para enfrentá-la. Os impactos antrópicos negativos na natureza e na queda do bem-estar das populações humanas é cada vez maior (Primack & Rodrigues, 2002; WWF, 2016). O resultado são ecossistemas entrando em colapso, exaustão de bens e serviços ambientais e são espécies cada vez mais ameaçadas devido à destruição, fragmentação e degradação de habitat, introdução de espécies exóticas e caça predatória (Hoffmann, Hilton-Taylor, Ângulo, Bohm, & Brooks, 2010; WWF, 2016). Os ciclos naturais hidrológicos e químicos vêm sendo perturbados pela devastação de terras, a diversidade genética está diminuindo aceleradamente e o clima do planeta mudou pela combinação da poluição da atmosfera e o desmatamento (Primack & Rodrigues, 2002).

Visando mitigar as consequências dessa crise, os governos e a sociedade em geral vêm desenvolvendo e implantando estratégias de conservação dos recursos naturais. Dentre as quais, as mais eficazes estão voltadas para a conservação *in situ* da biodiversidade, cuja principal ferramenta é a criação de Áreas Protegidas.

A conservação *in situ* visa à preservação integral de comunidades biológicas dentro dos ecossistemas e habitats naturais em que ocorrem (Brasil, 2000) e as áreas protegidas são caracterizadas como “áreas de terra e/ou mar especialmente dedicada à proteção e à manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais ou agregados recursos culturais, e administrada por meios legais ou métodos eficazes” (IUCN, 2015). Por isso, as áreas protegidas desempenham papéis cada vez mais importantes, por que além da conservação do meio ambiente, proporcionam tanto experiências de recreação como o desenvolvimento do turismo (McCool, 2016), e apresentam grande potencial para promoção do desenvolvimento sustentável, particularmente como destinos para o turismo de natureza (Wearing & Neil, 2014).

Assim, segundo a Organização Mundial de Turismo – OMT (2003) o ecoturismo é uma das modalidades de turismo passível de ser realizada em Unidades de Conservação (UCs), tipo de área protegida. É um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (Embratur, 1994; MTur, 2011; Pires, 1998). Por isso, devido ao seu potencial de aliar a preservação da natureza ao desenvolvimento sustentável, o ecoturismo tornou-se um elemento central nas estratégias de manutenção e sustentabilidade financeira das áreas protegidas.

Paralelamente, o turismo de natureza, que têm as áreas naturais, principalmente as unidades de conservação como principais atrativos, é o segmento do turismo que mais cresce, com taxas entre 15% e 25% ao ano (Buckley, 2009). Sobre isso, a *The International Ecotourism Society - TIES* (2007), afirma “o ecoturismo ou turismo com foco na natureza se tornou o setor de mais rápido crescimento na indústria turística, crescendo três vezes mais depressa do que essa indústria como um todo”. Dados da visitação em Unidades de Conservação e em Parques Nacionais no Brasil corroboram com essas taxas de crescimento. O Instituto Chico Mendes da Biodiversidade - ICMBio apresentou um documento que mostra aumento progressivo da visitação entre 2007 e 2015, com média de 10% de aumento de um ano para o outro (ICMBio, 2016).

Assim, não só no Brasil, mas em todo mundo, há um consenso geral de que o turismo com base na natureza é um segmento significativo do setor que vem crescendo rapidamente (Mehmetoglu, 2007). Por isso, não há dúvidas a respeito da tendência de crescimento no interesse pelo meio ambiente, aliada à tendência histórica da “viagem como forma de escape para a natureza”, motivada pelas “pressões da vida urbana”, aumentando desse modo a quantidade de visitantes nos parques nacionais e em outras áreas de proteção (Ceballos-Lascurain, 1990).

Com as tendências sobre a escolha das destinações turísticas e a expectativa dos visitantes se modificando, para atender a crescente demanda, cresce também a necessidade de se oferecer mais atrações na natureza (Naidoo, Ramseook-Munhurrin, & Seegoolam, 2011). Para gerenciar esse aumento na demanda das atrações pelo aumento da visitação em áreas protegidas, algumas estratégias de planejamento foram desenvolvidas a partir da década de 80 e são aplicadas em várias partes do mundo. Uma das mais utilizadas é a chamada *Recreation opportunity Spectrum* - ROS (Eagles, *et. al.*, 2002). Segundo Manning (2011), ROS é um quadro conceitual para suporte e subsídio nas diversas oportunidades de recreação ao ar livre, principalmente em áreas protegidas. É um tipo de modelo para determinar a capacidade de carga e administrar os impactos recreativos em áreas naturais (Wearing & Neil, 2014).

Com estratégias assim para o planejamento e manejo, pode-se tornar a gestão das diversas atrações em potencial mais eficiente e satisfatória para os diferentes tipos de turistas e visitantes que procuram as áreas protegidas, principalmente os parques nacionais.

Por isso, em conjunto com essas estratégias é imprescindível que os gestores procurem conhecer os perfis intrínsecos desses visitantes, como as crenças, os valores, as atitudes, e a percepção ambiental. Com isso, pode-se subsidiar a gestão, planejamento e manejo dessas áreas protegidas, além de tornar a experiência mais satisfatória para o visitante, buscando chegar mais perto dos princípios do ecoturismo.

Por isso, esse artigo busca fazer uma análise a luz da literatura sobre a importância da compreensão do perfil ambiental dos visitantes dos Parques Nacionais Brasileiros. Aborda-se alguns motivos importantes para conhecer o perfil dos visitantes de áreas naturais, com intuito de apoiar a gestão da visitação, das atrações naturais, do manejo dos recursos naturais, buscando chegar mais próximo dos princípios fundamentais do ecoturismo.

Para tanto, o artigo apresentará conceitos e princípios relativos ao ecoturismo e áreas protegidas, com ênfase no contexto dos Parques Nacionais Brasileiros. Posteriormente, apresenta conceitos e reflexões sobre os perfis que procuram o ecoturismo, enfatizando a importância de compreender tais perfis em relação a sua percepção ambiental, procurando melhorar as formas de sensibilização e conscientização dos que visitam essas áreas, além do seu planejamento e manejo para conservação dos recursos naturais. Por fim, apresenta-se as considerações finais e as sugestões para o avanço de estudos nessa área de conhecimento.

2 Ecoturismo e Áreas Protegidas

Segundo Terborgh *et. al.* (2002):

“Os benefícios fundamentais derivados da conservação da natureza são intangíveis, relacionados com recreação, bem-estar físico e o valor intrínseco da própria natureza”.

O turismo em áreas naturais é um dos grandes motivos para a busca do contato com a natureza, prática de esportes em contato com meio preservado e belezas cênicas, abrindo cada vez mais

espaço para o ecoturismo. Segundo a *The international Ecotourism Society* – TIES, ecoturismo é: uma “viagem responsável para áreas naturais, que conserva o ambiente e promove o bem estar das comunidades locais” (TIES, 1990, 2016).

O termo *ecotour* originou-se nos Parques do Canadá, na década de 60, quando foi utilizado para explicar o complexo relacionamento entre o turista, o meio ambiente e a cultura nos quais eles interagem (Fennel, 2002; Buckley, 2009). No entanto, somente no fim da década de 80 que o termo começou a integrar o mercado brasileiro (Niefer, 2002), e vale destacar que foi o mesmo momento que as preocupações ambientais ganharam destaque no Brasil, e que houve um aumento das UCs com a criação dos parques nacionais, principal oferta de atrativos para ecoturista no país (Costa, 2005; Costa, 2002).

Com diversas definições e que dependem do contexto que em está inserido (Buckley, 2009), o ecoturismo é um dos segmentos do turismo que mais cresce atualmente. Dentre seus princípios e diferentes conceitos, alguns aspectos se tornaram fundamentais, são eles: sensibilização ambiental, contribuição direta para conservação da natureza, minimização de impactos ambientais e empoderamento das comunidades locais (Pires, 1998; Buckley, 2009; Honey, 2009). Diante disso, o ecoturismo potencialmente consegue aliar a preservação da natureza ao desenvolvimento sustentável, pois é baseado nos mesmos pilares da sustentabilidade e pressupõe uma estratégia de desenvolvimento que não se baseia no uso predatório da natureza (Goodwin, 1996; Costa, 2005). Logo, o ecoturismo apresenta a possibilidade de promover a conservação dos recursos naturais e contribuir para a crescente consciência das pessoas para a importância desses recursos (Swanson, 1992).

É frequente que o ecoturismo aconteça em regiões remotas e protegidas, áreas de excepcional beleza, interesse ecológico e importância cultural (Wearing & Neil, 2014). Muitas vezes essas áreas são Unidades de Conservação de Proteção Integral, que é o principal território para garantir a conservação da natureza (Diegues, 2008; Rodrigues, 2014). No Brasil, as UCs são organizadas a partir da regulamentação da lei federal 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A lei estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação que são divididas em dois grandes grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

Quadro 1: **Categorias de Unidades de Conservação (UC), conforme Lei 9.985/2000 – SNUC.**

Unidades Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio da Vida Silvestre.	Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Lei do SNUC, 2000.

O principal objetivo das Unidades de Conservação de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, como pesquisa científica e turismo. O

objetivo das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Para fins do presente estudo, ressalta-se a categoria dos Parques Nacionais, cujo objetivo básico é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (Brasil, 2000).

Em 1962, na I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, havia 9.214 áreas protegidas no mundo (Chape *et. al.*, 2003). Em 2014, 52 anos depois da primeira conferência, há mais de 209.000 áreas protegidas (IUCN, UNEP-WCMC, 2014). Só no ano de 2012, um total de 130.709 Áreas Protegidas de vários tipos foram estabelecidas em nível mundial (IUCN, 2012; Pandit *et. al.*, 2015). Até 2003, mais de 11% da superfície da terra abrangia áreas para conservar a biodiversidade, uma década depois, em 2014, esse percentual é de 15,4% que são de áreas protegidas (Bushell e Eagles, 2003; IUCN, UNEP-WCMC, 2014). Além disso, a convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (Aichi Target1) estabeleceu uma meta de aumento de 10% a 17% para as áreas protegidas até 2030 (McCool & Khumalo, 2015).

O Brasil tem 1,5 milhões de km² de áreas protegidas. Em 2013, o país já possuía 1.783 Unidades de Conservação (UCs), terrestres e marinhas. Com isso, pode-se afirmar que houve forte crescimento da área total das UCs nos últimos anos: em 1992 elas representavam 5,4% do território nacional e, em 2013, 17,3% (Indicadores do Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2015).

Confirmando tais dados, a literatura mostra que houve um aumento significativo na procura dos visitantes para o turismo em áreas naturais, principalmente nas Áreas Protegidas, e em países em desenvolvimento (WTTC, 2007; Balmford, 2009; MMA, 2016). Isso representa um crescimento na vontade do público em visitar essas áreas e também na ação política voltada a proteger tais áreas naturais em caráter perpétuo (Wearing & Neil, 2014).

Esse cenário corrobora com a hipótese do autor Keith Thomas (2010) que afirma que passamos por uma mudança de atitude do homem com as florestas, onde deixa de vê-las com algo rústico e selvagem e passa a enxergá-las como um refúgio de beleza natural e espiritual. Percebe-se também que nos últimos anos, as tendências sobre a escolha das destinações turísticas e a expectativa dos visitantes vêm se modificando, dando preferência a lugares mais naturais e ecológicos, com destinos com foco na natureza. Essa tendência reflete uma mudança fundamental no modo como os seres humanos observam a natureza e o turismo, e se relacionam com eles (Chafe, 2005; 2007).

Dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio reforçam as afirmações acima. A visitação às Unidades de Conservação Federais aumentou consideravelmente na última década. Considerando somente os Parques Nacionais, o número de visitantes subiu 138%, passando de 2,99 milhões em 2007 para 7,14 milhões em 2015 (MMA, 2016). O Parque Nacional da Tijuca, no RJ, é o mais visitado do Brasil, registrou mais de 2,9 milhões de visitantes no ano de 2015. Além dele, os parques nacionais da Chapada dos Veadeiros, Chapada dos Guimarães e do Iguaçu, estão sendo cada vez mais procurados, os três parques tiveram recorde de visitação em 2015, com 56.629, 174.855 e 1,6 milhões de visitantes, respectivamente (ICMBio, 2016).

No Brasil, temos 71 Parques Nacionais administrados pelo ICMBio. O Parque Nacional Itatiaia, no Rio de Janeiro, foi o primeiro a ser criado, pelo Decreto nº 1.713 em junho de 1937, seguido do PN do Iguaçu em Janeiro de 1939 e do PN da Serra dos Órgãos em Novembro do mesmo ano. Depois desse período, somente na década de 60 foram criados mais parques, principalmente para proteger o Cerrado. Na década de 70, aliado a preocupação ambiental e aumento da ocupação da Amazônia,

começaram a ser criadas grandes Unidades de Conservação no bioma, a primeira delas foi o Parque Nacional da Amazônia, em 1974.

Diante disso, vale mais uma vez destacar o potencial desses Parques para preservação do meio ambiente, e a visitação como ferramenta de sensibilização da sociedade para a conservação da natureza (ICMBio, 2016).

Visto que a conservação do ambiente natural é fundamental para o ecoturismo, que tem como principal atrativo os aspectos naturais, a biodiversidade e a geodiversidade. Portanto a preservação de áreas naturais e o manejo de recursos sustentáveis são essenciais para o planejamento, desenvolvimento e gerenciamento da atividade. Destaca-se também que a busca pela sensibilização dos visitantes é parte principal da ideia do ecoturismo, pois é uma atividade que tem haver com viagens a áreas preservadas como objetivo específico de lazer, de estudar ou admirar paisagens, fauna e flora, assim como qualquer manifestação cultural existente (Ceballos-Lascurain, 1987), gerando sensibilidade e consciência ambiental nos visitantes sobre aqueles recursos naturais visitados.

Assim, para haver um manejo apropriado da visitação e uma experiência turística satisfatória, o conhecimento das características dos visitantes é indispensável (Niefer, 2002, 2010), não somente dados e informações sociodemográficas, mas ir além desses pontos, buscando o entendimento dos valores, atitudes, comportamentos e percepção em relação à natureza.

Por isso, o próximo tópico aborda a literatura sobre perfil dos visitantes, principalmente a percepção ambiental. Explorando a importância de se compreender as propriedades intrínsecas do perfil dos que procuram as áreas naturais. E assim, buscando refletir sobre como de fato podemos chegar aos princípios do ecoturismo.

3. Perfil dos Visitantes de Parques Nacionais

Diante do exposto acima, percebe-se que de fato houve um aumento da demanda do turismo em áreas protegidas nas últimas décadas. E dado seu potencial e importância no cenário atual para preservação da biodiversidade e como ferramenta para sensibilização ambiental, estudos nessas áreas de conhecimento, principalmente sobre os aspectos mais intrínsecos dos visitantes, são cada vez mais imprescindíveis.

No entanto, pesquisas sobre as características desses visitantes ainda são muito superficiais. No geral, estudos e pesquisas sobre o perfil do turista de natureza é caracterizado por variáveis socioeconômicas, como pessoas com maior nível de escolaridade, com ensino superior ou pós-graduação, faixas mais elevadas de renda e mais exigentes em relação às informações e serviços prestados à qualidade ambiental dos atrativos (Eagles *et. al.*, 2007; Baral *et. al.*, 2008; Niefer *et. al.*, 2010). Um estudo feito pelo Ministério do Turismo (MTUR) em conjunto com a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) em 2010, mostrou que o ecoturista tem poder aquisitivo médio, hábito de viajar em grupos, estudante de nível superior, demonstra respeito pelo meio ambiente natural e social e exige qualidade, segurança, acessibilidade e informação.

Assim, ecoturistas são pessoas que se interessam em experimentar e aprender sobre natureza em ambientes naturais (Eagles, 1995; Eagles & McCool, 2002). Afinal, segundo Niefer e Silva (1999, 2002), a diferença entre uma mera “viagem ligada à natureza” e o ecoturismo consiste, do lado do consumidor, o ecoturista, na vontade de aprender sobre o destino visitado, principalmente sobre os aspectos ambientais, culturais, históricos e seus problemas relacionados. O ecoturista tem uma

postura favorável à proteção do meio-ambiente o que reflete no seu comportamento, ele respeita as condições naturais do lugar e geralmente existe desejo de contribuir de alguma forma para a conservação do ecossistema visitado.

Diante dessa postura pró-ambiental, e do aumento da demanda de turistas que procuram as áreas naturais, principalmente nas últimas décadas, surge então o desafio: como podemos tornar a sensibilização e a gestão dos parques mais eficaz, buscando de fato os princípios do ecoturismo?

Segundo alguns autores, a gestão e o planejamento dos serviços nos parques ou em áreas naturais dependem da forma como eles são percebidos pelas pessoas, e para melhorar essa gestão é necessário considerar a percepção de seus usuários (Daily, 1997; Daily, 2000; Schnurr and Holtz, 1998). Além disso, há a necessidade de conhecer intrinsecamente, tentando entender também a percepção ambiental desses visitantes.

A partir da década de 70, a discussão sobre ecologia ganhou relevância nas ciências de comportamento. Um exemplo, Maloney e Ward (1973) trataram a questão ambiental enquanto um problema de ordem psicológica, para eles a destruição característica da presença do homem no ambiente revela um comportamento patológico, que prejudica a sobrevivência de outras formas de vida e constitui uma ameaça inclusive ao próprio homem. Por isso, a ação predatória da humanidade não poderia ser simplesmente solucionada por mudanças no paradigma tecnológico, mas no comportamental.

Pois em muitas partes do mundo, as atividades humanas exploram os recursos naturais, degradam os recursos aquáticos, terrestres e da atmosfera, e causam perdas irreversíveis de diversidade biológica (Shiva, 1993; Vitousek *et. al.*, 1997; Petrosillo *et. al.*, 2007). Logo, é imprescindível mudar a maneira que as pessoas pensam sobre a conservação das espécies e dos ecossistemas naturais, além de saber como otimizar os benefícios do ecoturismo com base em visitantes que já tem uma orientação pró-ambiental.

Por isso, com intuito de observar e entender essa perspectiva, estudos, instrumentos e teorias começaram a ser construídas para entender os valores ambientais, a percepção ambiental. As questões de valor são centrais para a consideração das concepções a respeito do mundo natural e das práticas em relação a ele (Belshaw, 2001; Wearing & Neil, 2014). Por isso, surgem então algumas reflexões: Qual nossa percepção da natureza? Como estamos tratando a natureza e qual valor estamos atribuindo a ela?

Segundo Wearing e Neil (2014), se o valor atribuído a algo tem um meio para um determinado fim, então é designado que este tem um valor “instrumental”. Por outro lado, o valor “intrínseco” é o que existe por seu próprio direito, por sua própria causa.

Nesse sentido, é fundamental entender a ética que esses valores sustentam:

A) a ética do “uso”: é o modo normativo ou dominante de como seres humanos se relacionam com a natureza - aqui ela é vista como um conjunto de recursos que a humanidade é livre para empregar às suas próprias e variadas finalidades. É uma visão instrumental e antropocêntrica.

B) a ética da “natureza”: sustenta que as entidades não humanas são de valor igual ao da espécie humana. É amplamente intrínseca e ecocêntrica.

As perspectivas do antropocentrismo e do ecocentrismo são complexas, e são também algumas das principais correntes filosóficas e sociais que contribuíram para o desenvolvimento do ecoturismo.

Na visão ecocêntrica, a natureza possui um valor intrínseco e sua conservação é obrigatória, integrando aspectos de sustentabilidade no uso dos recursos. O perfil de pessoas ecocêntricas mostra consciência sobre os problemas ambientais e são capazes de empenhar esforços para contribuir na solução ou ao menos demonstrar vontade de engajar-se pessoalmente na questão

ambiental. O antropocentrismo, oposto do ecocentrismo, coloca o homem no centro de tudo e a natureza se torna apenas um recurso para transformar em bens materiais. Os ecossistemas vitais são substituídos por infraestrutura – casas, cidades, indústrias – tudo para benefício e utilidade exclusiva para espécie humana (Dunlap, 2008; Wearing & Neil, 2014).

Nesse contexto, frente a essas duas principais perspectivas, e aliado ao aumento do interesse do público às áreas e ambientes naturais, a compreensão do perfil e da percepção ambiental dos visitantes e turistas que procuram essas áreas é imprescindível. No entanto, a mensuração dos valores, atitudes, crenças e percepções ambientais é um verdadeiro desafio para os estudiosos.

Por isso, algumas medidas ou escalas de mensuração começaram a ser elaboradas e construídas na década de 70, coincidindo com o movimento dos anos 70 sobre as questões e preocupações ambientais. Dentre elas, algumas das escalas são:

1. *Environmental Attitudes and Knowledge Scale* (Maloney & Ward, 1973) – foi a primeira proposta multidimensional, envolvendo quatro fatores: (1) compromisso verbal; (2) compromisso atual (quanto a pessoa tem se engajado de forma real); (3) afeto; (4) conhecimento.
2. *Environmental Concern Scale* (Weigel & Weigel, 1978) - apesar de ser unidimensional, guardava uma semelhança com o instrumento anterior pela base de investigação atitudinal, consistindo em seu corpo no grau de comoção e em que proporção uma pessoa estaria disposta a se engajar em causas ambientais.
3. *New Ecological Paradigm* – NEP (Dunlap et al., 2000) - um dos instrumentos mais utilizados até hoje; é revisada da original *New Environmental Paradigm* (Van Liere et al., 1978), e a escolhida à ser detalhada nos parágrafos abaixo, pois é foco do artigo.
4. A última proposta foi apresentada por Milfont e Duckitt (2010), denominada *Environmental Attitudes Inventory* – que é uma consolidação das medidas em atitudes ambientais.

Para reflexão nesse artigo, destaca-se a escala NEP - revisada, por sua importância e consistência, e muito utilizada em estudos recentes. A chamada original NEP – *New Environmental Paradigm* foi publicada por Riley Dunlap et al., em 1978, possuía uma proposta diferenciada sobre a investigação de valores ecocêntricos, com o objetivo de retratar crenças primárias sobre a natureza do meio ambiente e o relacionamento do ser humano com questões ambientais. Foi o primeiro instrumento criado para medir a visão da população que saía do modelo dominante DSP – *Dominant Social Paradigm* com uma perspectiva do homem superior a outras espécies, para uma nova e mais ambientalmente visão de mundo consciente (Van Liere et al., 1978).

A escala da NEP original foi construída com doze itens que retratavam três aspectos: 1) crenças sobre a capacidade humana de causar distúrbios no equilíbrio da natureza; 2) a existência de limites ao crescimento da civilização humana; 3) o direito da humanidade de soberania sobre a natureza.

No entanto, apresentou algumas lacunas, sendo criticada pela falta de consistência ou fraca correlação. Assim, anos depois o autor Dunlap revisou a escala, desenvolvendo a Escala NEP – New Ecological Paradigm, que sugere mais atenção à consciência ecológica (Dunlap *et. al.*, 2000). O autor lidou com as fraquezas do modelo NEP original, onde as questões eram mais superficiais sobre as preocupações ambientais, e deu continuidade ao enfoque ecológico e aspectos da visão ecológica de mundo, com objetivo de medir a consciência ambiental, o antropocentrismo, o ecocentrismo, atitudes ambientais, crenças e valores ambientais (Dunlap, 2008).

A nova escala contém quinze itens (oito refletem as ideias do novo paradigma ecológico e sete refletem as ideias do DSP) e a classificação das respostas é em escala Likert (concordo, concordo parcialmente, não tenho certeza, discordo parcialmente, discordo).

Foi baseada em cinco dimensões: (1) limite de crescimento da população humana, (2) anti-antropocentrismo, (3) equilíbrio da natureza, (4) senso de falta de responsabilidade ambiental, e (5) crise ecológica (Dunlap *et. al.*, 2000; Pires *et.al.*, 2014). Seus itens assumem que o homem é parte da natureza, e é necessário cuidar e usar de forma consciente os recursos ambientais (Kaltenborn *et. al.*, 2011).

Assim, de maneira geral, o objetivo dessa escala é medir a orientação pró-ambiental ou valores e percepções ambientais. E dada sua consistência é utilizada até hoje em pesquisas dessa área de conhecimento. Diferentes autores mensuraram diferentes conceitos em seus estudos e pesquisas utilizando a NEP *Scale*, tais como: Valores (Blake, 2001), Environmental concern (“preocupação ambiental”) (Schultz & Stone, 1994), Atitudes ambientais (Parker & McDonough, 1999; Rauwald & Moore, 2002), Visão ecológica de mundo (Hodgkinson & Innes, 2000), Atitudes ambientais e percepção dos atributos de Parque (Kaltenborn *et. al.*, 2011).

Assim, percebe-se que essa escala pode ser muito útil no apoio à compreensão da percepção ambiental dos indivíduos e é um exemplo de mensuração consistente que possui validação internacional (Vikan *et. al.*, 2007), e até mesmo nacional. No Brasil algumas pesquisas já estão avançando nesse sentido, pois as informações que essas escalas podem fornecer ajudam a subsidiar a gestão dos visitantes, o planejamento mais eficaz das atrações e o manejo apropriado das áreas naturais, principalmente os parques nacionais.

Por fim, conhecendo as características profundas, como crenças, atitudes, comportamentos e valores relacionados à natureza e aos problemas ambientais, pode-se com esses conhecimentos buscar de fato os princípios do ecoturismo.

4. Considerações Finais

O século XXI trouxe novos desafios e oportunidades para o desenvolvimento do turismo: questões ambientais, preocupações crescentes com a justiça social e equidade de renda, financiamento de parques e gestão dos visitantes, a capacidade dos gestores de áreas protegidas para administrar o turismo e as expectativas do turismo como uma panaceia para os males econômicos, sociais e ambientais representam o crescimento e a diversidade das expectativas do turismo. Esta mudança de contexto demonstra que os significados de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, turismo sustentável e até do ecoturismo também mudaram e continuarão a mudar à medida que a sociedade se desenvolve e aborda tais questões importantes (McCool, 2016).

Nesse sentido, esse artigo apresentou a importância de pesquisas e estudos nessas áreas de conhecimento, principalmente considerando o cenário atual de crise ambiental. Destaca-se dois pontos importantes do Ecoturismo: a contribuição para conservação do meio ambiente que é uma questão-chave para a atividade, especialmente se abordado segundo o tripé da sustentabilidade; e a educação e interpretação ambiental, que é o outro componente-chave citado em muitas definições, pois apoia na sensibilização dos visitantes, e contribui para a experiência e satisfação daqueles que visitam as áreas naturais (Buckley, 2009).

Ressalta-se também que como a demanda por essas áreas vem aumentando aceleradamente, é cada vez mais imprescindível conhecer as características mais específicas dos perfis dos turistas que demandam essas áreas, particularmente aquelas relacionadas com a percepção ambiental. As escalas para avaliação da percepção ambiental citadas nesse artigo apresentam potenciais e validação para o conhecimento dessas características.

Assim, investigar a percepção dos turistas e usuários é fundamental para subsidiar a gestão e o planejamento dos parques nacionais (Petrosillo *et. al.*, 2007), e para a promoção da sensibilização ambiental dos visitantes que procuram essas áreas.

Além disso, estudos com esse objetivo ainda são incipientes no Brasil, principalmente voltados para o aprofundamento sobre os perfis de turistas de Parque Nacionais.

Por fim, sugere-se para estudos futuros, pesquisas sobre os impactos negativos advindos desse aumento das visitas, e também pesquisas mais profundas e intrínsecas sobre os perfis, pois segundo alguns autores, percebe-se que com o aumento da procura por turismo em áreas naturais, os perfis podem também se mostrar cada vez mais heterogêneos (Eagles, 2007). Por que segundo a autora Irene (2007), o desenvolvimento positivo do turismo depende do sucesso de estratégias de limitação do número de turistas, informação e educação dos visitantes e o controle e gestão eficiente da área (Petrosillo *et. al.*, 2007).

Referências bibliográficas (APA).

Balmford A, Beresford J, Green J, Naidoo R, Walpole M, et al. (2009) A Global Perspective on Trends in Nature-Based Tourism. *PLoS Biol* 7(6): e1000144. doi:10.1371/journal.pbio.1000144

Baral, N., Stern, M. J., & Bhattarai, R. (2008). Contingent valuation of ecotourism in Annapurna conservation area, Nepal: implications for sustainable park finance and local development. *Ecological Economics*, 66(2e3), 218e227.

Blake, D. E. (2001). Contextual effects on environmental attitudes and behavior. *Environment and Behavior*, 33, 708-725.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2015) Indicadores do Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2015. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2015.shtm. Acesso em: 05/2016.

Brasil. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. Brasília, DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm> Acesso em 05 jun. 2016.

Belshaw, C. (2001) *Environmental Philosophy*. Acumen, Stocksfield, UK.

Buckley, R.C. (2009) *Ecotourism: Principles and Practices*. CAB International: Wallingford.

- Bushell, R.; Eagles, P. F. J. (2007) Global Trends Affecting Tourism in Protected Areas. In: *Tourism and Protected Areas: Benefits Beyond Boundaries*. 1ed. CAB International, p. 27-43.
- Ceballos-Lascurain, H (1987). *The future of ecotourism*. Mexico Journal.
- Chafe, Z. (2005) Consumer Demand and Operator Support for Socially and Environmentally Responsible Tourism (working paper n° 104). *Centre on Ecotourism and Sustainable Development & The International Ecotourism Society*, Washington, DC.
- Chafe, Z. (2007) Consumer Demand for quality in ecotourism. In *Quality Assurance and Certification in Ecotourism* (R. Black, & A. Crabtree, eds) Worldwatch Institute, Washington, DC.
- Chape, S., Blyth, L., Fish, P. and Spalding, M. (2003) United Nations List of Protected Areas, IUCN, Gland, and UNEP-WCMC, Cambridge.
- Costa, P. C. (2002) *Unidades de Conservação: Matéria Prima do Ecoturismo*. São Paulo, Aleph.
- Costa, H. A. (2005) *Contribuição das redes de pequenas e médias empresas para a competitividade de destinos turísticos: estudo comparativo entre Laguna e São Francisco do Sul-SC*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, Brasil.
- Daily, G.C. (Ed.). (1997) *Nature's Service, Societal Dependence on Natural Ecosystems*. Island Press, Washington.
- Daily, G.C. (2000). Management objectives for protection of ecosystem services. *Environ. Sci. Policy* 3, 333–339.
- Diegues, A. C. S. (2008) *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.
- Dunlap, R. (2008) The new environmental paradigm scale: from marginality to worldwide use. *The Journal of Environmental Education*, 40(1), 3-18.
- Dunlap, R., Van Liere, K., Mertig, A., & Jones, R. (2000) New trends in measuring environmental attitudes measuring endorsement of the new ecological paradigm: A revised NEP scale. *Journal of Social Issues*, 56(3), pp. 425-442.
- Eagles, P. F. J. (1995) Tourism and Canadian Parks: fiscal relationships. *Managing Leisure* 1(1): 16-27.
- Eagles, P. F. J., McCool, S. F. (2002) *Tourism in Natural Parks and Protected Areas: Planning and Management*. CAB International, Wallingford, UK.
- Eagles, P.F.J. (2008) Governance models for parks, recreation and tourism. In K.S. Hanna, D.A. Clark, & D.S. Slocombe (Eds.), *Transforming parks: Protected area policy and management in a changing world* (pp. 39–61). London: Routledge.
- Fennell, D. A. (2002) *Ecoturismo: Uma introdução*. São Paulo: Contexto.
- Goodwin, H. (1996). In pursuit of ecotourism. *Biodiversity and Conservation*, v.5, p. 277-291.
- Hodgkinson, S. P., & Innes, J. M. (2000). The prediction of ecological and environmental belief systems: the differential contributions of social conservatism and beliefs about money. *Journal of Environmental Psychology*, 20, 285-294.
- Hoffmann, M.; Hilton-Taylor, C.; Angulo, A.; Bohm, M.; Brooks, T. M. (2010) The impact of conservation on the status of the world's vertebrates. *Science*. v. 330, p. 1503-1509.
- Honey, M. (2009) *Ecotourism and Sustainable Development*. Who Owns Paradise? Ed. 2, 568 pages.
- International Union for Conservation of Nature - IUCN and United Nations Environment Programme World Conservation Monitoring Centre - UNEP-WCMC. (2014) The World Database on Protected Areas: August 2014, UNEP-WCMC, Cambridge.*

International Union of the Conservation of Nature – IUCN. (2015) Disponível em: <http://www.iucn.org/>. Acesso em 20/04/2016.

Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio. (2016) Visitação áreas protegidas. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/estruturacao-de-unidades-de-conservacao>. Acesso em: mai/2016.

Kaltenborn, B. P.; Nyahongo, J. W.; Kideghesho, J. R. (2011) The attitudes of tourists towards the environmental, social and managerial attributes of Serengeti National Park, Tanzania. *Tropical Conservation Science*. v. 4(2), p. 132-148.

Maloney, M., & Ward, M. (1973) Ecology: let's hear from the people. *American Psychologist*, 28, 583-6.

Manning, R. E. (2011) *Studies in Outdoor Recreation: search and research for satisfaction*. Oregon State University Press. 3rd ed.

McCool, S. F., Khumalo, K. E. (2015): Empowering managers: Enhancing the performance of protected area tourism managers in the twenty-first century, *Tourism Recreation Research*. <http://dx.doi.org/10.1080/02508281.2015.1039333>.

McCool, S. F., Bosak, K. (2016). *Reframing Sustainable Tourism*. Springer, London.

Mehmetoglu, M. (2007) Nature based tourists the relationship between their trip expenditures and activities. *Journal of Sustainable Tourism*, 15(2), 200-15.

Milfont, T. L., & Duckitt, J. (2010) The environmental attitudes inventory: a valid and reliable measure to assess the structure of environmental attitudes. *Journal of Environmental Psychology*, 30, 80-94.

Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. (1994) Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Grupo de Trabalho interministerial EMBRATUR; IBAMA. Empresários e Consultores. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília, DF.

Ministério do Meio Ambiente - MMA. (2016) Comunicação. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=1427>. Acesso em: 02/2016.

Ministério do Turismo (Mtur). (2011) *Perfil do turista de aventura e do ecoturista no Brasil*. São Paulo: ABETA, 2010. 96p.

Naidoo, P.; Ramseook-Munhurrin, P.; Seegoolam, P. (2011) An Assessment of Visitor Satisfaction with Nature-Based Tourism Attractions. *International Journal of Management and Marketing Research*. v. 4, n. 1.

Niefer, I.A. (2002) *Análise do perfil dos visitantes das ilhas de Superagüi e do Mel: marketing como instrumento para um turismo sustentável*. 2002. 237f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Niefer, I. A.; Silva, J.C. G. L.; Amend, M. (2010) Analysis of the visitors of suragui National Park, Brazil. *Current Issues in Tourism*, v. 5: p. 208-221.

Organização Mundial de Turismo - OMT. (2003) *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*. São Paulo: Bookman. Organização Mundial do Turismo. (Tradução).

Pandit, R., Dhakal, M., Polyakov, M. (2015) Valuing access to protected areas in Nepal: The case of Chitwan National Park. *Tourism Management*. 50, 1-12.

Parker, J. D., & McDonough, M. (1999). Environmentalism of African Americans: an analysis of the subculture and barriers theories. *Environment and Behavior*, 31, 2, 155-177.

- Petrosillo, I., Zurlini, G., Corliano, M. E., Zaccarelli, N., Dadamo, M. (2007) Tourist Perception of Recreational Environment and Management in a Marine Protected Area. *Landscape and Urban Planning*. 79, 29–37.
- Pires, P. S. (1998) *A dimensão conceitual do ecoturismo*. Turismo: visão e ação. Itajaí, v.1, n.1, p.75-91, jan/jun.
- Pires P. et. al. (2014) Ecocentrismo e comportamento: Revisão da Literatura em Valores Ambientais. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 19, n. 4 p. 611-620, out./dez.
- Primack, B. R.; Rodrigues, E. (2002) *Biologia da Conservação*. v. 2.
- Rauwald, K. S., & Moore, C. F. (2002). Environmental attitudes as predictors of policy support across three countries. *Environment and Behavior*, 34, 709-739.
- Rodrigues, A. S. L.; Brooks, T. M.; Butchart, S. H. M.; Chanson, J.; Cox, N.; Hoffmann, M.; Stuart, S.N. (2014) *Spatially Explicit Trends in the Global Conservation Status of Vertebrates*. Plos One 9.
- Schnurr, J., Holtz, S. (Eds.). (1998) *The Cornerstone of Development: Integrating Environmental, Social and Economic Policies*. Lewis Publishers, Boca Raton, FL.
- Schultz, P. W., & Stone, W. F. (1994). Authoritarianism and attitudes towards the environment. *Environment and Behavior*, 26, 25-37.
- Shiva, V. (Ed.). (1993) *Monocultures of the Mind: Biodiversity, Biotechnology and Agriculture*. Third World Network, Penang and Zed Press, UK.
- Swanson, M. A. (1992) *Ecotourism: Embracing the New Environmental Paradigm*. Paper presented at the International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN) IVth World Congresso National Parks and Protected Areas, Caracas, Venezuela.
- Terborgh, J. et al. (2002) *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Ed. Da UFPR/Fundação O Boticário, 518p.
- The International Ecotourism Society – TIES*. (2016) Disponível em: <www.ecotourism.org>. Acesso em: 15/03/2016.
- The International Ecotourism Society – TIES*. (2007) Definition and principles. Disponível em: <www.ecotourism.org/wemodules/webarticlesnt/templates>. Acesso em: 03/2016.
- Thomas, K. (2010) O predomínio humano. In: *O Homem e o Meio Natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800)*. Cia das Letras.
- Van Liere, K. D., & Dunlap, R. E. (1978) The New Environmental Paradigm. *Journal of Environmental Education*, 9, 10-19.
- Vikan, A. et al. (2007) Endorsement of the new ecological paradigm: a comparison of two Brazilian samples and one Norwegian sample. *Environment and Behavior*, Tucson, v. 39, n. 2, p. 217-228.
- Vitousek, P.M., Mooney, H.A., Lubchenco, J., Melillo, J.M., 1997. Human domination of earth ecosystems. *Science* 277, 494–499.
- Wearing, S.; Neil, J. (2014) *Ecoturismo: impactos, potencialidades and possibilidades*. Barueri, SP: Manole.
- Weigel, R., & Weigel, J. (1978). Environmental concern – the development of a measure. *Environment and Behavior*, 10, 3-15.
- World Travel and Tourism (WTTC). (2007) Tourism Sattelite Account.
- World Travel and Tourism Council (WTTC). (2007) The global travel and tourism summit. London: World Travel and Tourism Council.

WWF. (2016) Unidades de Conservação. Disponível em:
http://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/publicacoes_mata_atlantica/?uNewsID=27544.
Acesso em: 03/2016.

WWF. (2016) Áreas Protegidas. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/>. Acesso em: 02/2016.